

Região tem 1.268 processos sobre saúde pública pendentes nos fóruns

São Bernardo é a cidade com maior número, com 440 casos; tempo de tramitação até julgamento continua alto, com demora média de 551 dias

BEATRIZ MIRELLE
beatrizmirelle@dgabc.com.br

Os fóruns do Grande ABC possuem 1.268 processos judiciais pendentes relacionados à saúde pública. A cidade com o maior número é São Bernardo, com 440 processos, seguida por Santo André (238), Mauá (152), São Caetano (137), Diadema (136), Ribeirão Pires (117) e Rio Grande da Serra (48). Do número total, 119 correspondem a novos encaminhamentos registrados em 2023.

O tempo para tramitação dos processos até o julgamento segue alto, com média de 551 dias na região. Em Rio Grande da Serra, os casos mais demorados são de tratamento médico-hospitalar, com média de 1.336 dias. Em Santo André e Ribeirão Pires, esse também é o problema que mais registra morosidade da Justiça. Nesses municípios, os tempos médios caem para 394 e 371 dias, respectivamente. Mauá é a única cidade em que processos de vigilância sanitária e epidemiológica levam mais tempo até o julgamento,



CAMINHO. Recorrer à Justiça é alternativa para conseguir remédios que estão em falta na rede de saúde

com média de 669 dias. Segundo Luciana Toledo Niess, sócia do Toledo Niess Advogados, a morosidade atinge a Justiça como um todo – não apenas os processos relacionados ao direito à saúde. “Não há prazo específico para que a decisão seja tomada. Apesar disso, em casos com medida liminar ou mandado de segurança, a concessão deve ser realizada de forma

rápida, levando em consideração a necessidade do paciente e o perigo na demora, uma vez que o direito à saúde está intimamente ligado ao direito à vida, sendo ambos fundamentais.” Pelo caráter de urgência, o advogado José Santana Júnior, especializado em direito médico, destaca que na primeira semana de instauração os processos costumam ser solucionados.

“Conseguimos o objetivo da ação de forma rápida a partir da liminar. O julgamento demora, mas, quando se refere a cirurgia e medicamento, por exemplo, a resposta pode vir em um ou dois dias.” Os casos de negligência médica se enquadram em processos de danos morais e costumam ser mais demorados, segundo Santana. “Precisa de perícia para provar esse erro.

ESTATÍSTICAS PROCESSUAIS DE DIREITO À SAÚDE DE 2023

	Processos pendentes	Novos processos	Tempo médio para tramitação dos processos até o julgamento (dias)
Santo André	238	19	394
São Bernardo	440	19	552
São Caetano	137	19	207
Diadema	136	13	326
Mauá	152	31	669
Ribeirão Pires	117	9	371
Rio Grande da Serra	48	9	1.336
Grande ABC	1.268	119	551

Fonte: CNJ Conselho Nacional de Justiça | Agência/Estatista de Anis

Em algumas vezes é necessário uma investigação administrativa para embasar o processo judicial. A análise é feita sem urgência”, pontua.

Nos casos de vigilância sanitária e epidemiológica, Santana comenta que costumam demorar porque exigem índices sanitários de contaminação. “Nenhum hospital ou clínica são 100% seguros, mas quando eles passam da porcentagem aceita, eles respondem judicialmente. Tem a fiscalização governamental. A Anvisa (Agência Nacional de Vigilância Sanitária) notifica esses casos. Há também demandas quando o paciente tem

uma infecção hospitalar e nós, advogados, temos que olhar como estava o índice do local na época. Se tiver acima do que é aceito por lei, o hospital pode ser responsabilizado.”

Na plataforma CejusC Saúde (Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania na Área da Saúde), elaborada pelo TJ-SP (Tribunal de Justiça de São Paulo), o cidadão pode solicitar o fornecimento de remédios previstos na lista do SUS (Sistema Único de Saúde) e que estão indisponíveis nos postos. O prazo para resposta é de 72 horas. Caso contrário, o cidadão poderá ingressar com processo na Justiça.

Veículo: Impresso -> Jornal -> Jornal Diário do Grande ABC

Seção: Setecidades Pagina: 1